

Desafios metodológicos na Antropologia do Esporte: Quais os limites da relação entre a pesquisadora e sua interlocução com crianças atletas?

Maíra Tura Pereira (UFF \ Brasil)¹

Palavras-chave: Métodos; Crianças; Futebol de mulheres

Resumo:

Este artigo busca compreender os aspectos éticos, políticos e metodológicos da realização de pesquisas antropológicas em ambientes esportivos com crianças atletas. Assim, reflete sobre como uma adulta consegue realizar interlocução com crianças as ouvindo no que elas têm a dizer. Procura entender como esta pesquisadora é lida pelas meninas e examina quais são as complexidades de se pesquisar com crianças. Este estudo trata especificamente da reflexão sobre os dilemas metodológicos de se pesquisar com crianças atletas de categorias de base do futebol de mulheres. Foi realizado um trabalho de campo entre janeiro de 2025 e março de 2026 em um projeto social esportivo de futebol de campo exclusivo para meninas entre 7 e 15 anos. Com isso, foi possível acompanhar treinos e jogos das categorias sub-11 e sub-13. Como procedimento metodológico foi realizada uma etnografia com a técnica de perto e de dentro (Magnani, 2002). Além disso, foram produzidos registros escritos, vídeos, fotos, conversas logo antes e após os jogos e entrevistas com as atletas nos treinos. Ademais, houve a leitura e análise de artigos e capítulos de livros que tratam de questões de gênero, criança, futebol de mulheres e métodos e técnicas de pesquisa. A hipótese é que não são necessárias novas abordagens metodológicas para se pesquisar com crianças no esporte, mas sim uma adaptação dos métodos e técnicas antropológicos para que a interlocução com as crianças seja produtiva.

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)

Introdução

Este artigo realiza uma discussão sobre as metodologias de pesquisa na Antropologia com interlocutoras crianças. Por isso, ele vem de um debate similar ao de Pires (2007) ao questionar se há necessidade de criar novos métodos para se pesquisar com crianças ou se só mudanças pontuais nas técnicas já seriam o suficiente para alcançar os objetivos desejados. Afinal, ser uma adulta e pesquisar com crianças não é só olhar, ouvir e escrever (Cardoso de Oliveira, 1996) sobre um grupo ou sociedade distante do seu modo de ser, agir e pensar. É tentar olhar para os contextos pela lente de meninas que vivem certas situações pela primeira vez, sem um repertório emocional, cultural e social sobre estes momentos corriqueiros. Muitas vezes, nós antropólogos nos inserimos em modos de vida (Cândido, 1971) que são estranhos a nós, mas próximos dos nossos interlocutores. E, para crianças que iniciam suas trajetórias em categorias de base, esses espaços podem ser novos tanto para elas, quanto para a pesquisadora, sendo muitas perspectivas descobertas em conjunto.

Durante meu trabalho de campo, nas inúmeras conversas que tive com minhas interlocutoras, uma resposta era rotineira: “Tia, eu nunca tinha pensado sobre isso, mas a gente pode conversar sobre.” Neste entrelaço, percebo que mesmo que elas não tivessem tido a oportunidade de pensar anteriormente sobre os questionamentos que eu trazia, não tinham problema de falar comigo sobre questões como a sexualidade, vida pessoal e medos que para mim seriam difíceis e desconfortáveis de se falar com um estranho. Mas, ao longo dos meses, pude entender que eu não era mais uma estranha, eu me tornei uma “tia” com nome, com apelidos, uma amiga para algumas e um canal de mediação entre as atletas e a comissão técnica. Afinal, assim como Pires (2007) aponta, conseguimos efetivamente pesquisar com crianças quando somos vistas por elas como uma “adulta diferente”, como será abordado mais à frente.

Ademais, esse estudo analisa os aspectos éticos e políticos de se pesquisar com crianças, refletindo sobre a problemática da necessidade de solicitar permissão aos pais antes pedir autorização à atleta para a realização de entrevistas, por exemplo. Assim, já é estabelecida uma hierarquia, em certo sentido, na relação entre a pesquisadora e suas interlocutoras. Com isso, surge o seguinte questionamento: Quais são os limites desse vínculo? Percebe-se que a relação de poder inerente ao saber antropológico (Clifford, 2016) fica mais complexa quando pensamos nessa diferença de faixa etária, principalmente por ter menores de idade envolvidos. Afinal, como conseguimos ouvir as crianças no que elas têm a

dizer (Conh, 2013)? É necessário ter a escuta atenta ao que importa às crianças e não ao que nós esperamos que elas digam. Mas como fazer isso seguindo as técnicas já conhecidas?

O Daminhas da Bola

Este artigo é fruto das primeiras impressões formalizadas após o fim do trabalho de campo do meu doutoramento. O trabalho de campo foi realizado no projeto social esportivo "Daminhas da Bola", localizado em Vila Maria Helena, Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Foram acompanhadas as categorias sub-9, sub-11 e sub-13, de janeiro de 2025 até março de 2026, nas segundas-feiras e quartas-feiras nos treinos de campo, sextas nos treinos de quadra e durante os fins de semana nos jogos de campeonatos. Neste cenário, como procedimento metodológico foi realizada uma etnografia com a técnica de perto e de dentro (Magnani, 2002). Como minhas interlocutoras são crianças e eu não, não seria possível realizar uma observação participante. Com isso, fiquei ao redor do campo, ajudando a recolher bolas, tirando fotos quando me solicitavam, contando repetições ou até mesmo orientando algumas atividades em que o número de grupos superava o número de técnicos.

O Daminhas da Bola foi criado em 2015 como um projeto de futebol exclusivo para mulheres a partir de 16 anos. Quatro anos depois houve a implementação do Artigo 23 da Federação Internacional de Futebol (FIFA)², que obrigou os clubes que disputavam a série A do Brasileirão e a Libertadores a implementarem a categoria de mulheres, treinando e competindo. Nesse contexto, o Daminhas da Bola passou por uma reformulação, começando a oportunizar meninas entre sete e quinze anos, como uma espécie de categoria de base. No entanto, seu princípio permaneceu sendo o pensamento de Thaissan Passos, criadora do projeto, que afirma que “O Daminhas da Bola utiliza o esporte como ferramenta para a formação social”.

Isso também é observado na fala de outras líderes do projeto, que buscam praticar a visão integral e sistemática da atleta. Milena, uma das treinadoras, pontua que “Do futebol, o que ela vai ser mais para frente é toda uma construção do que a gente vem colocando como papel principal, ela se entender enquanto pessoa e saber o seu valor”. Nesta mesma linha de raciocínio, Joice, coordenadora, reitera: “É um projeto social, mas também é um espaço de formação de atletas. Queremos que esteja nos contratos que nós somos o espaço formador

² Disponível em: <https://digitalhub.fifa.com/m/7af12a40897b1002/original/azwxwekfmX0nfdixwv1m-pdf.pdf>. Acesso em: 1 set. 2022.

inicial de atletas. Queremos estar com atletas e responsáveis que levem esse espaço a sério”. Em diálogos comigo, ela também afirmou que quer que o Daminhas da Bola seja contemplado pelo certificado de Clube Formador³ pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Como consequência disso, o Daminhas receberia um valor pela venda das atletas, um tipo de indenização por formação estabelecida na legislação e normas nacionais.

Dilemas éticos e políticos de se pesquisar com crianças

Existem inúmeros dilemas éticos em relação a se pesquisar com crianças na Antropologia. O uso ou não do anonimato é um questionamento pertinente em todos os estudos, independente da faixa etária dos nossos interlocutores. Além disso, pedir autorização aos pais antes de pedir às crianças foi um debate que surgiu no início do meu campo. Ademais, outra inquietação durante a pesquisa foi pensar em como dar segurança, como provar aos responsáveis das atletas que eu não ia maltratá-las. Foi necessário pensar em como fazer com que os adultos ao meu redor não achassem que eu iria me aproveitar da vulnerabilidade das crianças de alguma forma. Por fim, houve a preocupação de criar um canal seguro para que as crianças se sentissem no direito de não participar em situações que causassem algum incômodo e de deixar de participar da investigação em qualquer momento de seu percurso.

Como nomeamos os interlocutores de nossas pesquisas, através do uso ou a renúncia dos nomes “verdadeiros” destas pessoas, é uma decisão que norteia politicamente onde localizamos nossos estudos antropológicos. Assim, o anonimato está longe de ser necessariamente uma forma de demonstrar respeito a quem pesquisamos, uma vez que nossos interlocutores podem não concordar com essa escolha ou com como representamos os mesmos nas nossas análises. “ Mascarar nomes de pessoas ou de determinada comunidade pode trazer a mesma impressão que trazem os rostos borrados ou as tarjas pretas cobrindo os olhos que vemos em filmes e fotos de jovens infratores.” (Fonseca, p.41, 2008).

Em alguns textos sobre meu doutoramento eu utilizei nomes fictícios para as crianças e os nomes “reais” dos adultos, pois acreditava que assim estaria protegendo as menores de idade. Após analisar que isso poderia ser visto como se as crianças tivessem algo a esconder, ou que elas pudessem falar algo proibido e por isso teriam que ser “protegidas” e seus nomes censurados, optei por utilizar o anonimato para todos. Assim, não são feitas distinções entre

³ Disponível em: <[CBF - Portal de Governança](#)>. Acesso em: 18 de mar de 2026.

adultos e crianças, sem deixar a possibilidade de entendimento dúbio entre quem faz as coisas certas ou erradas, quem possui o direito de ter seu nome real ou não. Tal opção discriminatória só serviria para reforçar estereótipos que procuro questionar por meio de uma Antropologia da Criança. “O uso de pseudônimos em nossos textos é uma maneira de lembrar a nossos leitores e a nós mesmos que não temos a pretensão de restituir a “realidade bruta” (Fonseca, p.40, 2008).

O caderno de campo é subjetivo em relação aos fatos duros da realidade, e há uma hierarquia inerente entre pesquisador e pesquisado na produção dos dados. Além disso, não pesquisamos indivíduos, e sim grupos, e a “verdade” de um indivíduo pode ser a mentira para outro neste mesmo espaço. Levando isso em consideração, qual seria a vantagem de usar os nomes “reais”? Será que na ânsia de tornar nossos dados mais comprováveis como nas ciências exatas, com nomes reais e lugares verificáveis (Fonseca, 2008), não estaríamos nos deixando influenciar por eles? Se eles não consideram que a experiência empírica é válida para a construção de ciência, não serão os nomes “reais” que farão diferença. Compreender nuances dos “saberes locais”, que tantas vezes fogem das previsões da racionalidade moderna, é sobre o que a nossa ciência pretende se debruçar.

A Antropologia movimenta paradigmas, nos faz pensar sobre realidades distintas e ensina a como conviver com o diferente, e nada disso pretende ser uma verdade única. Existem correntes de pensamento que divergem, e os autores que decidimos mobilizar em nossos textos manifestam nossas posições nesse jogo. Como decidimos entrar, sair e permanecer nos nossos trabalhos de campo são grandes alicerces de nossas pesquisas, porém nada disso fica melhor ou pior se decidirmos pela utilização ou não do anonimato. Esta escolha é teórica, metodológica e alguns casos pode ser política. Minha escolha foi pelo anonimato por não acreditar que os nomes “reais” trariam mais qualidade à pesquisa e porque as análises feitas podem ir de encontro com como alguma interlocutora gostaria ou acredita que deveria ser representada.

No decorrer do tempo, foi criando-se um canal seguro entre eu e as crianças para que elas se sentissem no direito de não participar de qualquer conversa que não quisessem. Eu falei para elas durante a semana que eu cheguei em campo que elas poderiam falar comigo o que se sentissem confortáveis, que não precisavam responder as perguntas que não desejassem. Porém, percebi que isso de alguma forma já estava no entendimento delas, que elas já tinham aprendido isso, que se elas não se sentissem à vontade com algo, elas não faziam. Muitas vezes eu era questionada com um “É obrigatório?”, e eu sempre respondi

com “Nunca é”. No caso de coisas que a comissão técnica ou os responsáveis falavam que era obrigatório, elas faziam mesmo que não quisessem.

Por algum motivo, só duas atletas nunca quiseram conversar comigo em particular, só em conjunto. Estas sentiam-se na obrigação de justificar que isso acontecia porque tinham vergonha, mas sempre faziam questão de me cumprimentar nos treinos, jogos ou se me encontrassem ao acaso. Além disso, durante os treinos me pediam *feedback* e conversavam comigo quando estavam em grupo, só não queriam conversas em separado. Os diálogos eram, por exemplo, Eu: “Não quer me falar o que você achou do jogo de ontem, não?” Atleta: “Ah tia, chama outra, eu tenho vergonha e nunca sei o que falar”. Mesmo assim, nunca deixei de perguntar para caso elas eventualmente mudassem de ideia ou se fosse o caso de terem vergonha e ter se diluído com o tempo. Porém, estas atletas seguiram não estando dispostas a diálogos em particular comigo.

Duda: Porque você pede autorização pro meu pai? Você não sabe se eu vou topar, tinha que me perguntar primeiro e se eu topar perguntar pra ele. A entrevista é comigo e sobre o que eu acho, e não ele. Você fala que quer ouvir as crianças, que leva a gente a sério, mas aí pede autorização pro adulto antes de perguntar pra criança.

Eu: Desculpa ter te chateado. Agora eu acho que posso ter passado por cima de você. Eu achei que isso era o mais correto a se fazer.

Duda: No mundo dos adultos pode ser, mas você tá pesquisando sobre o mundo das crianças, eu sou uma das protagonistas, não o meu pai.

A expressão "mundo das crianças" pode ser definida como uma expressão êmica, pois, para as interlocutoras desta pesquisa, existe o mundo das crianças e o mundo dos adultos. Esses mundos são distintos no sentido de serem diferentes entre si, porém não há distinção de valor. O mundo das crianças possui suas especificidades e conceitos próprios, não estando à parte, mas sim estando inserido dentro de um universo maior que contém diferentes mundos. Assim, percebe-se que existem heterogeneidades nesse universo. Existe o mundo do futebol, da ginástica, da medicina, da culinária e tantos outros que coexistem dentro desse mesmo universo. Nesse contexto, apesar de fazerem parte do mesmo universo, na perspectiva das interlocutoras, o mundo dos adultos e das crianças não dialogam entre si. Dessa forma, elas não se sentem ouvidas plenamente pelos adultos e argumentam que esses não entendem suas questões e especificidades.

No início da pesquisa eu pedia autorização aos pais para conversar com suas filhas em separado, algo semelhante a uma entrevista, e esta escolha deixou algumas atletas, como a

Duda, incomodadas. A alegação de que as protagonistas da pesquisa eram as crianças e não os adultos me fez refletir sobre como prosseguir depois desse “puxão de orelha”. Eu me reuni com os pais e expliquei que eu não ia mais pedir autorização para eles para falar com as meninas em separado, mas deixei o canal aberto para caso eles quisessem dialogar comigo sobre algo que eu fiz que pudesse incomodá-los. A partir daí, só perguntava às crianças se elas aceitavam conversar, e acredito que foi uma decisão assertiva, pois as meninas se sentiram mais à vontade para dividir as coisas comigo.

Outro ponto que pode ser visto como um dilema ético de se pesquisar com crianças, com menores de idade, é sobre a vulnerabilidade dessas pessoas. Durante o campo, tive diálogos com as atletas nos quais percebi que elas não sabiam os dias, horários, locais e adversários dos jogos. Elas confiavam totalmente nos pais e na comissão técnica do Daminhas. Como eu estava inserida enquanto pesquisadora naquele espaço, sendo lida como mais uma voluntária do projeto, estas crianças também começaram a confiar muito em mim. Então, era necessário pensar em como eu falava as coisas, o que eu falava e perguntava a elas, e nas decisões que eu tinha durante os treinos. Tudo precisava ser pensado com muito cuidado para respeitar a confiança que estas crianças tinham sobre mim, prezando principalmente pelas suas imaturidades em relação às vivências, emoções e reações aos diversos estímulos.

São necessários novos métodos e técnicas para se pesquisar com crianças?

Muitos autores já discutem sobre métodos de pesquisa em locais que possuem crianças, mas uma pesquisa com crianças sendo as principais interlocutoras é muito diferente. A solução sobre o dilema de ser adulta e pesquisar crianças de uma perspectiva antropológica deve ser analisada de acordo com cada caso estudado, mas podemos ver alguns exemplos já publicados. Um deles é Corsaro (2003), que descreve que sua completa ignorância em italiano fez com que ele tivesse mais facilidade de interação com crianças, uma vez que ambos eram vistos como alunos que estão aprendendo algo novo, se alfabetizando na língua. Assim, os papéis se inverteram e as crianças se empenharam em ensinar algo a um adulto, diminuindo uma hierarquia muitas vezes presente no imaginário social de grupos onde a criança é só um mero receptáculo de informações.

Estudar crianças como se seu mundo social fosse, de alguma maneira, separado dos adultos é fornecer uma análise inadequada (Toren, 1999). A autora critica a abordagem tradicional nos estudos da infância, que separa artificialmente o mundo social das crianças do

mundo dos adultos. Essa visão leva a uma análise incompleta, ignorando a interdependência e a construção mútua de significados entre gerações. Nesse contexto, ao pesquisar-se com crianças, também é importante argumentar que elas são seres inacabados, sendo necessário reconhecer que crianças são incompletas, assim como adultos, já que este processo de viver a cultura é sempre inacabado e socialização acontece durante a vida toda.

James e Christensen (2000) afirmam que estudar crianças não requer métodos especiais, mas que os mecanismos de pesquisa devem ser adaptados ao contexto pesquisado. O mesmo vale para o contexto infantil, logo não há justificativa, segundo os autores, para desenvolver novos métodos de pesquisa destinados especialmente ao público infantil. Não discordo dele, mas acredito que seja interessante pensar em novas técnicas de pesquisa, focadas em um diálogo maior com o universo infantil, a fim de tornar mais frutífera e de melhor qualidade a construção de dados com crianças. Hoje percebo que só consegui realmente realizar uma Antropologia da Criança pois compreendi que a melhor técnica foi ouvir as crianças no que elas têm a dizer (Cohn, 2013). Durante uma conversa com escuta atenta, eu ia questionando elas sobre coisas que eram pertinentes para a pesquisa, mas sempre vindo de diálogos que elas propunham, de conversas do mundo delas, de pautas que eram pertinentes para uma menina de 8,9,10 ou 11 anos. Poucas vezes realizei entrevistas com elas, pois percebi no início do campo que quando as realizava, acabava trazendo palavras novas para o repertório delas que dificultavam o entendimento de algumas perguntas ou elas acabavam pensando muito para responder algo do universo adulto. Então, percebi que não era através de entrevistas que a construção dos dados deveria ser realizada, uma vez que limitava a espontaneidade infantil que é tão rica para essa construção. Um exemplo disso foi o diálogo que tive com Ana:

Eu: Você acha que aprendeu algo enquanto mulher na competição no Paraguai?
Ana: Enquanto mulher? Como assim?
Eu: Se você acha que aprendeu algo enquanto mulher e enquanto atleta
Ana: Tia, eu não entendi, você pode explicar de outra forma?
Eu: Teve alguma coisa nova que você viveu nessa viagem que você considera que foi algo que aprendeu lá para a sua vida num todo?
Ana: Aaaaaaa tá. Eu acho que aprendi muito, primeiro como atleta, a nunca mais falar mal do tamanho da quadra, e como mulher acho que me sinto mais empoderada, sabe? Eu acho que tô mais confiante.

As conversas informais foram um grande substituto das entrevistas e obtiveram um resultado positivo. Porém, essa substituição só funcionava pois as crianças não têm grandes crivos sociais ou questões de falar o que pensam e ainda não possuem tanto receio de serem julgadas. Logo, era fácil, ao longo dessas conversas, fazer perguntas mais pertinentes para a

pesquisa. As entrevistas eram mais usadas como uma grande oportunidade de ficar em um ambiente mais controlado e recluso para que as interlocutoras pudessem falar sobre emoções, fragilidades, medos, e chorar. Então, as entrevistas foram usadas mais para afunilar a relação entre pesquisadora e interlocutoras do que como conteúdo para construção desta pesquisa.

Latour (2005) faz uma consideração pertinente sobre as etnografias. Nós pesquisadores causamos uma certa artificialidade ao espaço pesquisado que, embora não seja possível evitar, deve ser assinalada. Eu mesma, depois de já inserida no campo, alterava um pouco a dinâmica no treino. O período da água durava mais porque as crianças estavam fofocando comigo, em alguns casos pedia para umas das interlocutoras repetir o que tinha acabado de falar ou desenvolver algo que tinha comentado no treino anterior e até mesmo pedia para os técnicos me explicarem algo. Estas intervenções alteravam em algum sentido esse espaço que era de determinada forma quando cheguei e que, enquanto eu frequentava, sofreu algumas modificações. Um exemplo é:

Manu: Você gosta de ver goleira treinando porque você é uma, só a gente se interessa pela gente.

Eu: Falando nisso, você faz a queda levantando a perna de cima por que?

Manu: Tia você é goleira, você deveria saber essas coisas.

Eu: Mas eu quero saber o que vocês entendem sobre isso e não o que eu entendo

Manu: Você tá testando a gente para ver se a gente entendeu a atividade então, né?

Eu: Pô, que isso Manu? Não sou sua técnica não, pode ficar tranquila, é que no futsal eu não levanto essa perna.

Manu: Verdade, isso é só no campo, eu levanto porque a bola pode bater no gramado e tomar um rumo diferente, na quadra não é assim.

Esse diálogo aconteceu na pausa para a água do treino específico de goleiras, mas a conversa demorou mais do que eu esperava e o preparador chamou nossa atenção pedindo para a gente voltar para a área do treino. Nesse sentido, não é possível saber quando as interações serão só triviais e quando elas levarão para um lado passível de aprofundamento e análise. O trabalho de campo é imprevisível, tem dias que você acha que não aconteceu nada que vá chegar a entrar na pesquisa e em outros dias você possivelmente gostaria de se “dividir em cinco pessoas” para aproveitar tudo que está sendo falado e visto.

Considerando isso, é necessário reconhecer uma noção de infância pautada na capacidade das crianças, nem sempre considerada pelos adultos, de expressarem-se, e no direito de serem escutadas nas questões que lhe dizem respeito (Francischini e Fernandes, 2016). Assim, reconhece-se as crianças enquanto atores sociais, seres competentes, os quais participam ativamente nos diversos contextos em que estão inseridos, construindo

significações sobre os objetos, eventos e acontecimentos de seu cotidiano e que têm o direito de serem ouvidos nos assuntos que lhes dizem respeito.

Alderson (2000) usa como técnica crianças como co-pesquisadoras e discute níveis de envolvimento e participação infantil nos planejamentos e análises da pesquisa. Já Berentzen (1989) aborda sobre os desafios de acesso aos "mundos das crianças" e como elas constroem realidades sociais autônomas. Além disso, Mayall (2000) analisa perspectivas comparativas de crianças e adultos sobre conversas cotidianas, relações afetivas e rotinas familiares. Revela, ainda, assimetrias de poder onde os adultos controlam as interações, mas crianças exercem uma "agência sutil", negociando espaços de autonomia em contextos subordinados. Fine e Sandstrom (1988) propõem o "least adult role" (adulto mínimo) como técnica para tentar reduzir a hierarquia geracional, favorecendo interações mais espontâneas. Ela consiste na adoção, por parte do pesquisador, de uma posição de mínima autoridade adulta, participando das atividades infantis em igualdade e conversando sem dirigir para reduzir as hierarquias de poder.

Quais são as possibilidades da relação entre a pesquisadora e sua interlocução com crianças?

“Tia eu beijei na boca de uma menina hoje”, “Tia eu bebi hoje no ônibus, o namorado da minha irmã me deu”, “Eu faltei a escola hoje para ir na casa de uma amiga mas minha mãe não sabe”, “Maya⁴, eu fiquei menstruada, você acha que eu preciso contar para minha mãe? O que eu faço?”. Qual o limite da minha relação com as minhas interlocutoras? Este dilema é muito difícil de ser solucionado, pois eu quis ouvir as crianças no que elas tinham a dizer sobre interesses do mundo delas, sem ser mais uma adulta a ensiná-las e sim aprender com elas, trocar experiências de vida. Assim, qual reação ou respostas eu podia dar a interações que na teoria poderiam ser repreendidas por um adulto? Existe alguma questão ética que poderia limitar as minhas ações, reações e respostas?

Assim era a minha rotina durante os treinos: eu chegava 30 minutos antes do treino começar, e normalmente no máximo uma atleta havia chegado. Eu sentava num pequeno muro de concreto que dividia a parte da passagem até o campo da vendinha, onde coisas poderiam ser compradas. Conforme iam chegando atletas do sub-9 e sub-11, elas iam

⁴ As interlocutoras da pesquisa me deram vários apelidos como Maya, Maiara, Maraisa, Maria. Todos esses apelidos eram uma brincadeira entre eu e as atletas, pois a coordenadora do projeto me chamava de Maira e meu nome é Maíra e isso era motivo de muita risada e brincadeira entre nós.

sentando do meu lado e fazendo uma rodinha ao meu redor. Me complimentavam com um aperto de mão, como faziam com as outras atletas, e falavam sobre como tinha sido o dia delas na escola, me contavam alguma fofoca que não queriam que os adultos ouvissem, me perguntavam se eu já sabia que horas era o jogo do fim de semana e comentavam sobre algum post ou stories meu do *Instagram*. Em contrapartida, eu perguntava as opiniões delas sobre o último jogo e as questionava sobre os assuntos que elas traziam para mim.

Às vezes, algumas atletas do sub-13 e sub-15 chegavam antes e ficavam conversando comigo sobre relacionamentos amorosos ou me questionavam como tinha sido o jogo da federação pela Portuguesa - clube onde sou goleira. Até mesmo contavam coisas sobre “o mundinho sapatão”, pois acreditavam que eu ia me interessar em saber. Porém, não deixavam as meninas do sub-11 participarem dessas conversas, pois não era considerado por elas um assunto apropriado para crianças. Elas gostavam de me mostrar suas contas fechadas do *Instagram*, o Dix (“sapapaty”) e o Pv (“sapadrão”)⁵, para eu ver como elas eram quando os pais não estavam olhando ou como elas gostariam de ser se os pais não as “controlassem”. E, constantemente, as atletas dos sub-13 e sub-15 reclamavam comigo que eu só assistia e dava conselhos nos jogos e treinos para as atletas do sub-11, e que elas também queriam pois confiavam no meu *feedback*.

Quando menos esperávamos, um apito entoava do campo, o que decretava o início do treino, e todas as crianças saíam correndo e eu ia atrás andando. As atletas cumprimentavam todos os técnicos com um aperto de mão ou um abraço e faziam um círculo onde eram falados informes, a oração do Pai Nosso e o grito de guerra do Daminhas ao final. Nessa hora, eu não sabia como me portar. Não sabia se entrava no círculo ou ficava de fora ouvindo, e a minha decisão ao longo do trabalho de campo foi que se me chamassem, eu entrava, caso o contrário, não. Depois desta roda, começava o treino e eu me dividia entre ficar no treino específico de goleiras, que durava em média 30 minutos, e no aquecimento do restante da equipe do sub-11. Meus maiores momentos de interação ocorreram na hora dos intervalos para hidratação ou quando chegava a hora do coletivo e tinham atletas de fora esperando a sua vez.

Pires (2007) analisou um receio que eu também tive ao longo da minha pesquisa, que era:

⁵ Dix e PV são contas fechadas no Instagram é necessário solicitar acesso e a dona da conta autorizar a entrada. Algumas interlocutoras da pesquisa se identificavam como sapatão e faziam uma distinção dos nomes dessas contas entre “sapapaty” e “sapadrão” que são performances de gênero. A “sapapaty” seria uma mulher lésbica mais feminina e a “sapadrão” uma mulher lésbica que não se identifica com algumas roupas e acessórios que no senso comum remetem à feminilidade.

Para levar a cabo o meu trabalho, de um lado, era preciso aproximar-me das crianças e, até certo ponto, “fazer-me uma” com elas; de outro, não poderia comportar-me excessivamente como criança, por correr o risco de perder a confiança de seus pais, comprometendo a própria pesquisa. (Pires, p.231, 2007)

Mas também não podia ser vista pelas crianças como uma adulta nos termos correntes (Pires, 2007). Criança obviamente sabiam que eu não era, pois eu dirigia um carro, falava que fazia doutorado, era alta. Mas meu objetivo durante o trabalho de campo era me aproximar das crianças, me permitindo fazer certas coisas exatamente para me distinguir dos outros adultos aos olhos infantis. Margaret Mead (1932) comentou que nunca repreendia ou orientava comportamentos das crianças a não ser que elas existissem correndo perigo, deixando-as soltas na sua casa e com as portas sempre abertas. Assim como ela, fez parte do meu projeto de pesquisa deixar as crianças livres para dialogar comigo sobre qualquer assunto que elas quisessem, mesmo que fosse algo que, na teoria, adultos não pudessem saber.

A virada de chave foi quando percebi que eu precisava que as crianças me vissem de forma diferente das treinadoras e da comissão técnica, que elas compreendessem que eu não estava lá para ser mais uma a ensinar elas e sim para aprender com elas. Isso aconteceu durante o campo, mas a tempo de não ser lida de uma forma que eu não desejava. Nessas dinâmicas de treinamentos em categorias de base podemos dizer que aprendemos em certa medida juntas. Além disso, só foi possível decifrar certos comportamentos e ações das vivências infantis através de uma escuta atenta. Meu objetivo era ser vista como uma “adulta diferente”, assim como Pires (2007) argumenta:

É imprescindível ressaltar que meu intento não era “tornar-me nativa” mas, sim, ser assimilada pelas crianças como uma adulta diferente. Uma adulta que interage com elas, seja brincando, seja conversando, seja discutindo. Como já foi enfatizado, em Catingueira, o estatuto das crianças e o dos adultos são tidos como inteiramente distintos. Os adultos não interagem demasiadamente com as crianças. As crianças não escutam conversa de adulto, não participam em ambientes de adultos. Seria considerado desrespeitoso se uma criança ousasse discutir a opinião de seus pais ou responsáveis. Parece que as crianças e os adultos, em grande medida, são vistos como ontologicamente diferentes, habitantes de mundos que não devem correr o risco de se misturar. (Pires, p. 234, 2007)

A dinâmica entre adultos e crianças observada em Catingueira, onde Flavia Pires pesquisou, se assemelha ao que encontrei no ambiente de treinos em categorias de base em que pesquisei. Todavia, para a realização da pesquisa eu precisava quebrar esse ciclo de alguma forma, indo contra o modo de interação local e me aproximando das crianças de

forma a trocar experiências de vida, ouvindo suas opiniões sobre o mundo e sobre situações corriqueiras dos treinos e jogos. Isso não é fácil em um local em que as crianças não se sentem ouvidas pelos adultos, e existem os olhares dos adultos sobre uma adulta que ativamente conversava de forma demasiada com as crianças sobre o universo delas, os interesses e pautas delas. Muitas vezes, fui questionada pelos pais “você não é psicóloga mesmo, não?”. Apesar de eu ter falado várias vezes que era pesquisadora, parecia mais fácil eles me botarem em outra “caixinha” do que aceitar meu interesse nos assuntos infantis.

Penso que a maior moeda de troca que eu tive com as crianças era a escuta atenta no que elas queriam falar comigo. Digo isso pois elas chegavam no local de treinamento e sentavam do meu lado para conversar sem eu pedir, por escolha delas, e percebo mais hoje o porquê disso do que quando estava inserida em campo. Como uma das conversas que tive com elas antes de um treino:

Eu: Pô, vocês não cansam de mim, não? Já chegam e veêm aqui me perturbar ahahah

Emily: É que você é tão legal tia

Amanda: Tia, você é uma das poucas adultas que realmente escuta a gente

Be: Verdade, Maya, você faz muitas perguntas, mas você também sempre ouve sobre as nossas matérias da escola, as fofocas do recreio, as merdas que a aninha faz

Eu: Ih, vocês podem ir parando de graça, eu só falo com vocês normal

Alice: Mayara, você leva a sério o que a gente fala. A maioria dos adultos não quer conversar com a gente, só quer que a gente responda rápido o que eles perguntaram e acabou. É muito chato conversar com uma pessoa que parece que deixa a gente falando sozinha, mas você não faz isso

Ao longo do trabalho de campo pude entender que as crianças não sentiam que os adultos validavam seus pensamentos, que queriam realmente ter uma troca com elas. Muitas vezes, falavam que existia o “nosso mundinho” e o “mundo adulto”, como dois imãs que se repelem. Meu objetivo era equilibrar os pratos para que minha pesquisa realmente validasse os pensamentos das crianças, mas também que os adultos me respeitassem enquanto profissional que frequentava este espaço. Neste sentido, Pires afirma que:

De uma perspectiva antropológica, o pesquisador deve ser capaz de observar a comunidade de uma perspectiva interna. Isso não quer dizer que ele deva transformar-se em nativo, mas, sim, que as suas dessemelhanças em relação aos nativos não sejam um impeditivo para a relação. Um dos desafios do pesquisador é conseguir manejar sua presença no campo, de modo que respeite as normas de interação social reinantes e as especificidades daquela comunidade, ao mesmo tempo

em que consiga se inserir de maneira efetiva a fim de realizar sua pesquisa satisfatoriamente (Pires, p.255, 2007).

Eu virei referência para as meninas não só como uma pessoa que até hoje disputa a federação de Futsal do Rio de Janeiro -tenho uma carteirinha da Confederação Brasileira de Futsal (CBFS) que fala que eu sou jogadora profissional e elas adoravam isso - mas também como mulher que joga futebol, é feminina e é sapatão. Uso aqui o termo sapatão pois é uma forma da comunidade lésbica de se apropriar de um termo que era pejorativo para si, e assim, ressignifica-lo. Além disso, entre eu e minhas interlocutoras só foi utilizado este termo, então será minha escolha de palavra.

Durante a pesquisa, tive várias conversas com as meninas de 12 e 13 anos sobre sexualidade, sobre performar ou não feminilidade e sobre jogar bola. Elas viam em mim uma dualidade que no início incomodou, mas foi esse incômodo e a vontade de entender mais a coexistência de tantas coisas que gerou uma proximidade entre nós. Seguindo as proposições de Haraway (2009), os saberes são localizados e, por isso, é necessário situar nós e nossas pesquisas no mundo. Toda a tradução do mundo é interpretativa, crítica e parcial, não existe um ponto de vista único, mas sim posições responsáveis e potentes para melhor explicar o mundo e a ciência. Para isso, cada grupo de pessoas pode possuir seus saberes localizados e, através de conexões, esse conhecimento situado é construído. Cada pessoa tem um olhar diferente sobre as coisas e os diversos marcadores sociais da diferença e interseccionalidades que permeiam a pesquisadora e suas interlocutoras fabricam um saber localizado.

Existiram conflitos entre eu e as treinadoras, havendo constantes falas da técnica sobre “proibir a Tia Maíra de ir nos treinos das daminhas” se eu e elas não nos comportássemos. Ao mesmo tempo que elas me viam como mais uma “tia”, elas me viam como amiga, queriam tirar foto no meio do treino com o celular que eu registrava meu caderno de campo, queriam fofocar e se distraíam algumas vezes. Então, o “esporro” não era só para as crianças, como as atletas achavam, mas era para mim também.

Considerações finais

Não há como discordar dos autores citados sobre a validade do uso do mesmo método e técnicas para crianças e adultos, como entrevistas, desenhos ou questionários. Ainda assim, adaptações por óbvio são necessárias nas técnicas, assim como em vários outros contextos que não só o de faixa etária. Porém, acredito que crianças precisam de uma atenção e cuidado

especial para que nós enquanto pesquisadores respeitemos a confiança que as crianças e os responsáveis depositaram em nós, para que nossa passagem pela vida dessas crianças não deixe nenhum rastro ruim. Com isso, não quero dizer que os métodos e técnicas usados para pesquisar os adultos sejam muito complexos para o entendimento infantil. Mas sim, que as crianças e os adultos comportam-se de maneiras diferentes e respondem de maneiras igualmente diferentes às diversas técnicas de pesquisa.

Os dilemas éticos de se pesquisar com crianças são diversos, desde a decisão de uso ou não do anonimato até a necessidade de pedir autorização aos pais antes de pedir autorização às crianças para realizar uma pesquisa com elas. O que pode ser perguntado e falado com uma criança sem passar do limite? O que é esse limite? Ele existe? Todos esses questionamentos foram analisados ao longo do trabalho de campo e estão sendo formalizados agora a partir desta reflexão que não pretende esgotar essa discussão, mas trazer mais partes para este quebra-cabeça que está longe de acabar a montagem. Pesquisar com crianças foi mais difícil do que eu imaginei, e interagir com elas respeitando suas fases, desejos e seu mundo foi algo aprendido ao longo de 2025.

Existe um limite a priori ou ele é sempre negociado? Afinal, cada campo, cada pesquisa traz relações, acordos e isso envolve elementos éticos. Esses limites devem ser negociados sempre em campo e não existe uma resposta única ou uma verdade única sobre isso. Será que nós não ultrapassamos nossos limites sempre? Às vezes o campo demanda certas coisas que nos botam numa corda bamba entre a nossa ética e a ética dos nossos interlocutores e nossos limites são a todo tempo postos a prova e negociados. Ao meu ver, um limite é necessário, pois as crianças testam os adultos a todo o momento, elas são inconvenientes em certas perguntas e pedem coisas que para os adultos são vistas como “sem noção”. Além disso, existe uma negociação de envolvimento emocional que uma pesquisadora pode ter com suas interlocutoras para não afetar sua pesquisa. Porém, acredito que esse tal limite deve ser muito mais amplo do que o senso comum imagina. Chorar com minhas interlocutoras pelas derrotas delas, dividir segredos, abraços e palavras de afeto é o que faz o trabalho de campo com crianças mais humano e não interfere na qualidade do mesmo.

Referências Bibliográficas

- ALDERSON, Priscilla. “Children as Researchers. The Effects of Participation Rights on Research Methodology”, in JAMES, Allison & CHRISTENSEN, Pia (eds.), *Research with Children. Perspectives and Practices*, London/New York, Falmer Press. 2000.
- BERENTZEN, S. “Ethnographic Approaches to Children’s Worlds and Peer Cultures”, The Norwegian Centre for Child Research, Report n. 15, Trondheim, Norway. 1989
- CÂNDIDO, Antônio. **Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1971.
- CLIFFORD, James; MARCUS, George. **A escrita da cultura: poética e política da etnografia**. Tradução de Maria Claudia Coelho. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens, EdUFRJ, 2016.
- COHN, Clarice. **Concepções de infância e infâncias: Um estado da arte da antropologia da criança no Brasil**. Dossiê: Infâncias e Crianças: Saberes, Tecnologias e Práticas • Civitas, Rev. Ciências Soc. 13 (2), 2013.
- CORSARO, William A. “Interpretative Reproduction in Children’s Role Play”, *Childhood*, 1, pp. 64-74. “We’re Friends, Right?” Inside Kids’ Culture, Washington, Joseph Henry Press. *The Sociology of Childhood*, London/New Delhi, Thousand Oaks/Pine Forge Press. 2003.
- FRANCISCHINI, R.; FERNANDES, N. **Os desafios da pesquisa ética com crianças**. Estudos de Psicologia (Campinas), v. 33, n. 4, p. 687-697, 2016.
- FINE, A. & SANDSTROM, Kent L. *Knowing Children: Participant Observation with Minors*, California, Sage Publications. 1988
- FONSECA, Claudia. **O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia “em casa”**. Teoria e Cultura, Juiz de Fora, v. 2, n. 1–2, p. 39–53, 2008.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7–41, 2009.
- LATOUR, Bruno. *Reassembling the Social. An Introduction to Actor-Network-Theory*, Oxford, Oxford University Press, 2005.
- MAYALL, B. “Conversations with Children. Working with Generational Issues”, in JAMES, Allison & CHRISTENSEN, Pia (eds.), *Research with Children. Perspectives and Practices*, London/New York, Falmer Press, pp. 120-34, 2000.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. Revista brasileira de ciências sociais, v.17, n. 49, p. 11-29, 2002.
- MEAD, M. “An Investigation of the Thought of Primitive Children, with Special Reference to Animism”, *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 62, pp. 173-90, 1932.

OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever.** Revista De Antropologia, 39 (1), 13-37, 1996.

PIRES, Flávia. **Ser adulta e pesquisar crianças: explorando possibilidades metodológicas na pesquisa antropológica.** Revista de antropologia, 50 (1), 225-270, 2007.

TOREN, Christina. Mind, Materiality and History. Explorations in Fijian Ethnography, London/New York, Routledge. 1999